

# LEVANTE PAULISTA DE 1932: ENTRE OS DOMÍNIOS DA MEMÓRIA E OS (DES)CAMINHOS DA HISTÓRIA

JOÃO PAULO RODRIGUES\*

---

## RESUMO

As fronteiras que permeiam os âmbitos da memória e da história, a despeito da oposição que existe entre elas, são extremamente brandas quanto ao conhecimento do confronto de 1932. Sob o intuito de desvendar os discursos de poder que marcam a memória aludida, a historiografia concentrou seus esforços em diretrizes opostas, recaindo, ora no sentido de elucidar a *luta de classes*, ora na valorização do *caráter espontâneo* do levante. Trata-se, neste texto, de problematizar em que medida as contribuições da produção histórica convergem ou se distanciam do controverso *discurso do vencedor*, bem como propor, a partir do limites das análises debatidas, um novo enfoque interpretativo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Levante de 1932; historiografia; memória; história.

## ABSTRACT

*The frontiers between memory and history, in spite of opposition between them, are extremely soft about 1932 confrontation knowledge. With the purpose of detecting speech of power in memory, historiography concentrates its efforts in opposite guidelines, sometimes it intends to explain classes fight, sometimes it intends to emphasize Revolt spontaneous character. This text wants to discuss if historical production helps or not help a controversial winner speech and, starting from analysis discussed, proposes a new interpretative focus.*

**KEYWORDS:** *São Paulo 1932 Revolt; historiography; memory; history.*

---

Refletir sobre o levante que ficou imortalizado como *Revolução Constitucionalista de 1932* é postar-se num campo que se situa no interregno, entre os domínios da memória e as pretensões problematizantes da história. Não raro, pode-se dizer que deste entrecruzamento profuso, de olhares múltiplos, resultaram singularidades adstritas ao trajeto analítico de 1932, como tema, que marcam profundamente o debate a respeito da natureza do confronto, em prol, por um lado, a uma perspectiva aclamativa e, de outra parte, em favor de um enfoque que se propõe analítico.

Emília Viotti da Costa, em coletânea documental publicada por ocasião dos festejos que acompanharam o cinquentenário da beligerância, em 1982, ainda que não destacasse entre seus objetivos debater o campo temático da memória, já havia precocemente sinalizado para o fato, quando assevera que “*os mitos nascidos no calor da hora dificultaram a compreensão desse processo*”.<sup>1</sup> Em seus dizeres, o desdobramento da luta armada atingira também o plano simbólico, resultando na produção de imagens contraditórias, por parte dos contendores, pelas quais a historiografia não poderia passar imune em seu ofício.

As reflexões de Jean-Pierre Rioux e François Dosse,<sup>2</sup> no entanto, questionaram a oposição demasiado rígida entre história e memória, a partir do pressuposto que se não é lícito consentir que seja incumbência da história reverenciar a memória, a primeira também não se arroga a condição de disciplina estanque ao vivido e plenamente alheia a seu universo. A fluidez das inter-relações se expressaria, por exemplo, em aspectos como o *dever de memória* atinente a determinados fatos sociais.

Tais premissas, pensadas ao nível das linhas centrais do movimento da memória e da historiografia atinente a 1932 nas últimas décadas permitem aventar a hipótese de que as imbricações entre o dito pelos contemporâneos e o pensado por interlocutores de outros tempos são, de fato, bastante fluidas, a extremos de resultar, contraditoriamente, porém, no problemático reverberar da aclamação típica da memória, nos estudos históricos.

Desta feita, enquanto no âmbito da memória a perspectiva ufanista da pugna recebe culto suntuoso, no plano epistemológico verifica-se a vigência de uma “virada interpretativa”, calcada na exumação e revalorização da luta de São Paulo, encarada nas abordagens menos afastadas no tempo como um movimento espontâneo do povo paulista e, ainda, expressão de um ideal democrático para a nação.

Neste artigo, por conseguinte, pretende-se problematizar aspectos do conhecimento relativo ao levante de 1932, partindo das linhas centrais da discussão historiográfica atual, sob o princípio de que a “virada interpretativa” das análises sobre o assunto coincide com o chamado *dever de memória* presente na sociedade paulista, o qual tende a supervalorizar o caráter voluntário do envolvimento social na disputa, em detrimento aos embates não menos significativos da cena política na conjuntura.

Tal propósito é enunciado já na primeira parte deste texto, na qual se passa em revista a gama de definições empregadas para classificar a pejeja, visando esclarecer a magnitude do processo abordado. No segundo segmento, examinam-se as correntes centrais de interpretação do levante, questionando em que medida essas análises atingem o objetivo a que se propõem, qual seja o de suplantar o *discurso do vencedor*; trabalho que abre caminho para pensar nos limites do conhecimento atinente ao período e propor uma nova contribuição, que é intentada na terceira parte.

### **1932: uma revolução?**

As dificuldades e os desafios inerentes à abordagem do enfrentamento que contrapôs, em 1932, as forças militares e civis insurrectas de São Paulo e as tropas leais ao Governo Provisório de Getúlio Vargas atingem diversificados níveis. No plano conceitual, neste sentido, a situação não é diferente.

Um olhar sobre a variada gama de conotações utilizadas pelos contemporâneos para registrar o confronto e suas aproximações com as mais diversas – e divergentes – abordagens historiográficas é bastante elucidativo

no que concerne ao problema exposto. Se na perspectiva do comitê insurrecto paulista, fortemente impregnada pelo anseio de suplantar, também no âmbito simbólico, a revolução de 1930, imortalizou-se a definição *Movimento Revolucionário de Caráter Constitucionalista*,<sup>3</sup> na ótica do Governo Provisório, por sua vez, tratar-se-ia de uma *Insurreição Reacionária dos Rebeldes Paulistas*.<sup>4</sup>

A carga político-partidária de tais definições fica patente, claramente, por um lado, na defesa das mudanças instauradas em 1930 e, de outra parte, na tentativa oposicionista de desqualificar as tais diretrizes nacionais, desencadeadas a partir daquele momento.

As reflexões historiográficas posteriores procuraram definir o processo afastando-se destas versões propugnadas pelos contemporâneos, no entanto, em sua empreitada, ampliaram singularmente o leque semântico conceitual: Hélio Silva (1967), em um dos primeiros trabalhos dedicados especificamente a análise de 1932, excetuando-se os escritos por memorialistas, denomina o enfrentamento como *Guerra Paulista*, enfatizando o poderio da *oligarquia cafeeira* que, mesmo imersa na crise econômica, teria desencadeado a reação armada contra a pesarosa administração nacional; por outros caminhos seguiram as obras vinculadas ao ambiente acadêmico posterior: Maria Helena Capelato (1981) considera 1932 um *Movimento*, no qual a classe dominante paulista se esforçara para retomar o poder que perdera em trinta e, também, manter sob controle as demais classes sociais; Holien Gonçalves Bezerra (1982) aceita *Revolução* por, em sua avaliação, tratar-se de *modificações de extrema importância para o processo histórico brasileiro* e o confronto ter-se consagrado com esta denominação mesmo entre estudiosos, que não seriam *sustentáculos do discurso dominante*; já Jeziel De Paula (1999) prefere *Guerra Civil* dada a atuação marcante da população paulista na luta. Posições semelhantes assumem, ainda, José Alfredo Vidigal Pontes (2004) e Marco Antônio Villa (2008) ao enfatizarem o caráter nacional e democrático da resistência movida por São Paulo.<sup>5</sup>

Parece, à vista disso, que a produção histórica – em seus diversos níveis – abriga o levante sob um corpo teórico difuso e nutrido por interpretações forjadas pelos contemporâneos, ao atingir conotações diferentes e até antagônicas como *revolução* e *rebeldia*.

Os termos *Revolução* e *Constitucionalista*, por exemplo, empregados pelos combatentes paulistas são emblemáticos, pois evocam tanto as ideias de criação de *algo inteiramente novo* para a sociedade, quanto o valor de liberdade civil que, considerados na luta contra o Governo Provisório, indicariam a extensão dos ideais de São Paulo contra a *anarchia que impregnava o país desde a Revolução de 1930* e, ao mesmo tempo, legitimam simbolicamente a causa em pugna. Na mesma medida, *sedição* e *rebeldia*, cunhados pelo Governo Provisório, também tentam desqualificar os acontecimentos, representando-os como movimento de poucos, agindo, sobretudo, por desavenças políticas.

Ora, insistir neste dualismo parece problemático. De acordo com a filósofa Hannah Arendt, as revoluções têm sua origem na época moderna e são os únicos acontecimentos políticos em que enfrentamos inevitavelmente o problema do recomeço súbito da história. Por conseguinte, em qualquer definição intentada, certamente não será permitida a extensão do termo à simples mudanças ou sequer lutas civis como as que perturbavam a polis grega, por exemplo.

Como experiência de um novo princípio, pondera Arendt, a ideia de liberdade também é crucial nas revoluções, à medida que significa não apenas a liberdade constitucional, mais antiga, mas o ato de tornar os três grandes direitos – vida, liberdade e propriedade – inalienáveis aos homens. Esta relação implica em algo que modifique a textura da sociedade. Tal ideia parte da estrutura criada pela *Revolução Americana*, na qual, pela primeira vez, a pobreza aparece não mais como condição inseparável da humanidade.

Estas duas perspectivas – um novo começo e liberdade –, conforme Arendt, estão na base do tom enfático postulado na *Revolução Americana* e na *Revolução Francesa*, com que se declara a grandeza de ambas como

nunca vistas na história da humanidade. Contudo, a autora frisa restrições ao uso do termo:

Só podemos falar de revolução quando esta característica de novidade está presente e quando a novidade se liga à ideia de liberdade. É evidente que isto significa que as revoluções são mais que insurreições bem sucedidas e que não temos o direito de chamar revolução a qualquer golpe de estado ou até de vermos uma revolução em cada guerra civil.<sup>6</sup>

Claude Lefort, de outra parte, recomenda cautela quanto à associação do caráter inovador da revolução a implantação da vontade transcendental na História Universal, isto é, da ascensão à Razão plena. Apesar dos discursos dos revolucionários, ao suporem encarnar a missão de promover a ruptura entre o antigo e o novo como a manifestação de um curso superior irrefreável, demonstra que a revolução não se explica a não ser em relação ao desenvolvimento do Estado Moderno e aos riscos associados a essa instância aparentar-se a um órgão particular.

Em detrimento a um plano predeterminado, sobreleva Lefort, a revolução é plural, não se concretiza senão como caudatária da sublevação das massas, motivadas não pela implantação consciente de uma nova ordem, mas por conflitos diversos e de múltiplos centros: “*nas fábricas, na Universidade, nos setores da cultura, no da informação...*” contra a configuração do Estado. Isso o conduz a acreditar que, em consequência da diferenciação do tecido das relações sociais, a sociedade se furta às garras do poder estatal e, então, propõe novos dimensionamentos. Portanto, para haver a revolução é preciso que:

em toda a extensão da sociedade, camadas estratificadas no seio das quais se repetia a relação dominante dominado, possam de súbito ligar-se maciçamente ao Baixo e se sublevar contra o que aparece como o pólo adversário<sup>7</sup>

modificando radicalmente, com outra plataforma, a estrutura do poder. As reflexões de Hanna Arendt e Claude Lefort, desta forma, tornam clara a incongruência do conceito de revolução para a resistência de 1932. Se a luta de São Paulo contra o Governo Provisório, de fato, perpassa o estado, de alto

a baixo, não é lícito afirmar que se trata de um movimento plural, desencadeado pela sublevação autônoma e espontânea das massas em centros diversos e, ainda, batendo-se pela liberdade ou a transformação inovadora do poder Estatal. Ao contrário, o que se evidencia na plataforma dos oposicionistas, apesar de arvorarem-se de revolucionários, é o anseio de constitucionalização como caminho para a implantação da democracia de viés burguês, pouco interessada na modificação inovadora da conformação social brasileira.

Na mesma perspectiva, a proposição de que o confronto seria uma guerra civil é escassamente satisfatória. Embora segundo a afirmativa do Exército Nacional 1932 tenha sido o maior movimento armado do Brasil no século XX, a fragilidade militar dos insurrectos torna a definição *guerra* incongruente. O próprio general Bertholdo Klinger, comandante supremo da peleja em São Paulo, a despeito de seu orgulho militar, admite que a luta com táticas militares mais bem orquestradas limitou-se à região do Vale do Paraíba, pois “*nas demais fronteiras tudo ficou precaríssimo, como estava nos tempos de paz*”.<sup>8</sup>

Além disso, o quadro seguinte, relativo especificamente a uma das frentes de luta, apresenta uma amostra bastante elucidativa do que fora o embate de forças, no que diz respeito às condições materiais:

**QUADRO 1 – Efetivos e Material Bélico dos combatentes na Região Sul**

	<b>Exército do Governo Provisório</b>	<b>Exército “Constitucionalista”</b>
Comandante	Gen. Waldomiro Castilho de Lima	General Taborda
Bases do efetivo	Regiões Militares (RS, SC e PR), Brigada (RS), Polícias (PE e MA) e Batalhões de Caçadores (PB).	2ª Região Militar, Força Pública, Grupo de soldados (MT) e voluntários civis.
Efetivo aproximado	20 mil homens	9 mil combatentes
Artilharia pesada	100 canhões de 105 m/m e 75 m/m	2 canhões de 37 m/m, 2 de 75 m/m e mais e 1 de 150 m/m

Armas automáticas	1 arma para cada 3 soldados	1 arma para cada 50 soldados
-------------------	-----------------------------	------------------------------

**FONTE:** DAVIDOFF, Carlos H. Revolução de 1932. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006.

Apenas na região Sul, a diferença entre os efetivos superava dez mil homens em favor dos federais. Quanto à artilharia pesada, o contraste é ainda maior, pois, se o Exército Governamental dispunha de quase cem canhões de 105 m/m e de 75 m/m, os “constitucionalistas”, nessa região, precisavam se sustentar com apenas cinco e de calibres inferiores.

Por conseguinte, empregados pelos combatentes, os termos *Revolução Constitucionalista*, *Guerra Civil*, *Rebeldia* e *Contra-revolução* são representativos do período, mas como discurso dos contemporâneos – 1932 seria a revolução que expurgaria as falhas de outra revolução tentada em 1930 –, mesmo porque o tema *Constituição*, utilizado como motivação suprema para o conflito, não se sustenta plenamente, já que a Assembleia Constituinte estava marcada para o ano de 1933, antes mesmo dos confrontos bélicos. Compartilhar tais definições implica em seguir pelos caminhos arquitetados pelos contemporâneos, incorrendo, também, no risco de falsear as circunstâncias históricas.

É, portanto, terminologia mais adequada para denominar os violentos acontecimentos de 1932, que não se resumem a mera quartelada, *levante* – definição mais expressiva, pois traduz, em ambivalência, a ampla campanha de resistência e revolta armada que projetou praticamente todo um estado, de militares a civis, contra o resto do país sem, no entanto, valer-se de uma plataforma, de fato, radicalmente inovadora, que justificasse a classificação do confronto como uma revolução e nem de dispositivos militares e amplitude suficiente para uma guerra nos parâmetros já conhecidos no período.

## Entre a *Rebelião Política* e a *Revolução Democrática*: imagens contraditórias na historiografia

Se a delimitação teórico-conceitual adotada pela produção histórica apresenta-se difusa quanto à natureza do confronto, abrindo espaço para o reverberar das versões radicalmente distintas apresentadas pelos contendores e consagradas pela memória, não é menos controverso o debate acerca das condições históricas que propiciaram o levante.

A despeito do abrigo concedido a tais conotações, não obstante, pode-se depreender o coadunar-se das diversas análises historiográficas no intuito de desmistificar o *discurso do vencedor*, que estaria implícito no conhecimento do período.

Maria Helena Capelato, em livro de divulgação inspirado nos pressupostos marxistas, estabeleceu como meta desvendar a dimensão histórica do conflito de classes, tido como razão suprema do confronto, que teria sido obscurecido pela preponderância da *memória do vencedor*. Em sua concepção, até então os estudiosos teriam se inebriado com as inferências dos contemporâneos:

A historiografia analisou o processo histórico a partir da memória da Revolução de 30. Nessa medida, a luta de classes esteve reduzida à crise das oligarquias e à ação do movimento tenentista. A Revolução Constitucionalista de 32 foi entendida como a continuação da luta entre esses dois agentes sociais, ficando novamente oculta a dimensão histórica do conflito de classes.<sup>9</sup>

A partir deste anseio de elucidar a luta de classes subjacente à beligerância alguns passos foram dados no sentido de problematizar a gênese da pugna. Emília Viotti da Costa em brevíssimas laudas introdutórias a uma coletânea de documentos, aceita e estende ao levante paulista a tese de Boris Fausto relativa ao desenvolvimento inevitável dos interesses múltiplos que se aglutinaram em favor da Revolução de 1930: “A *oposição era um amalgama de interesses os mais contraditórios e dos mais variados projetos. Por um momento todos se tinham unido para derrubar o governo, mas encerrada esta fase, os conflitos já emergiam*”.<sup>10</sup>

Para Fausto, a aliança estabelecida em trinta trazia elementos contraditórios em seu bojo, notadamente no que concerne ao papel a ser ocupado por São Paulo na nova conjuntura. Os grupos jungidos para assumir o governo do país divergiriam amplamente entre si, sobressaindo, no âmbito político, os seguintes segmentos: as facções da velha oligarquia regional, que objetivavam aumentar seu poder pessoal; os setores da juventude, unidos temporariamente aos “tenentes” em prol a mudanças moralizadoras no regime político; o movimento “tenentista”, que militava pela centralização do poder e por modificações no âmbito social; o Partido Democrático de São Paulo (PD), almejando, enfim, obter o controle do Estado Nacional; e a classe operária, que não aderira plenamente ao movimento de 1930.<sup>11</sup>

Conforme Fausto, predominava nesse conjunto heterogêneo de forças um sentimento, de certa forma, hostil contra São Paulo, visando diminuir sua preponderância política e econômica nos destinos da nação, uma vez que aí residiria destacada parcela da explicação para o fracasso da *República Velha*. Pelejaram, de fato, nesse sentido os homens que assumiram a nação após 1930, obtendo êxito no afastamento dos políticos do estado, e, em contrapartida, agindo com maior cautela no trato com os setores relacionados à produção econômica, que ainda detinham significativo prestígio financeiro.

Na ótica de Emília Viotti, além disso, as contradições aludidas seriam mais agudas no estado de São Paulo porque ele reunia os interesses do PD, que apoiara os “tenentes” e Vargas em 1930, mas, não confiava neles; do Partido Republicano Paulista (PRP), derrubado do poder e descontente com o ostracismo a que fora submetido; e dos comunistas, que representariam uma ameaça às classes dominantes. Afora os conflitos entre partidos políticos, haveria crises mais profundas. Para a autora, o antagonismo entre capital e trabalho gradativamente ganhava corpo entre os industriais que tinham projetos frequentemente contrários às exigências dos operários. A insatisfação entre setores militares também contribuiria para tumultuar o ambiente.

Mediante a profusão de insatisfações sociais aludidas Viotti da Costa, no entanto, não hesita em apontar a classe dominante de São Paulo como o

grande agente desencadeador do processo beligerante, pois, afirma, “*a iniciativa vem de cima, mas é fácil mobilizar as massas descontentes; estas apoiam ruidosamente os comícios promovidos pela Frente Única, que reivindica eleições para uma assembleia constituinte*”.<sup>12</sup>

Na mesma perspectiva interpretativa, Maria Helena Capelato elege, porém, a via partidária como trilha de explicação da luta em apreço, enfatizando a atuação do PD como fator preponderante, uma vez que, a partir de sua fundação em 1926 – fruto de dissidências políticas do PRP –, o novo partido contrairia inúmeros e contraditórios compromissos a fim de alcançar o poder. O principal deles – e gérmen de 1932 – centrava-se no apoio à frações de “revolucionários” em 1930 que propunham a *superação do atraso nacional* por meio da centralização política e em detrimento a autonomia estadual: “... *no projeto dos liberais paulistas o progresso e a superação do atraso adviriam da autonomia e livre iniciativa dos Estados. No projeto do Governo Provisório privilegiava-se o papel do Estado como elemento impulsionador do progresso, e por essa razão defendia a centralização do poder*”.<sup>13</sup>

Assim, apesar de saírem formalmente vitoriosos do conflito de 1930, os *democráticos* teriam rapidamente se decepcionado com a política intervencionista do Governo Provisório de Vargas e, nisto, se aglutinaram a outros partidos políticos frustrados, em São Paulo e fora dele, para se rebelar contra os aliados de outrora. Nessa tarefa, acionariam todos os veículos de comunicação, direcionando-os no sentido de sensibilizar o povo paulista para a *causa de São Paulo*.

Capelato classifica, ainda, o papel dos meios de comunicação em 1932 como o de agentes legitimadores, voltados para o *domínio das consciências*. Isso se efetivaria por meio da produção e propagação de um discurso ideológico universalizador, que permitiria simultaneamente à burguesia paulista insurgir-se contra o governo centralizador de Vargas e ocultar as dimensões do conflito de classe. Contudo, não haveria exatamente um grau de superioridade entre os dois objetivos, pois a campanha era promovida *por São Paulo, pelo Brasil* e igualmente *pela ordem*.

Apesar da natureza da publicação, os trabalhos de Capelato e Viotti da Costa contribuíram para tornar menos espessa a camada homogeneizadora que recobre o levante de 1932, ao lançar novas luzes sobre a relação entre São Paulo e o Governo Provisório após a Revolução de 1930. É inegável, nesse sentido, a atuação do PD na articulação para a luta, assim como seu posicionamento não intervencionista, como observou Capelato, entretanto, caberia questionar em que medida as disputas que resultaram no combate ficavam restritas à preponderância do âmbito político-partidário? Poder-se-ia, afinal, considerar a insatisfação do PD como fator suficientemente forte para a eclosão do confronto? Teria o discurso ideológico publicitariamente veiculado o poderio de criar, arbitrariamente, o consenso social?

Elementos para pensar acerca de questões desta natureza são sugeridos pela própria Emília Viotti da Costa, embora a autora não aprofunde suas considerações, ao aludir sobre os múltiplos interesses em disputa em São Paulo, cuja vigência sinaliza para a relevância ambivalente de outros grupos sociais, além do PD.

Todavia, ainda na vertente que propõe a classe dominante paulista como sujeito hegemônico no processo e objetiva lançar luzes sobre a luta de classes, outras contribuições são notórias. Holien Gonçalves Bezerra, selecionando parte das obras de memorialistas publicadas entre 1932 e 1937, intenta, especificamente, “*fazer uma análise dos mecanismos que sustentam a cooptação ideológica exercida pela classe dominante sobre o conjunto da sociedade*”.<sup>14</sup>

Sua obra leva em consideração principalmente a articulação entre as classes, procurando recuperar *as representações ideológicas que dão força a revolução* e, ao mesmo tempo, *perceber sua origem na concreticidade das relações sociais*. A partir deste prisma, reconstitui com perspicácia as tensões político-econômicas vivenciadas pela burguesia paulista, no início dos anos trinta, e os indícios deixados por suas ações nas memórias aludidas.

Com isso, para além do interesse egocêntrico dos políticos decaídos – ressaltados por Capelato – Holien abre caminho para pensar um universo mais amplo, que inclui atores não diretamente envolvidos na via partidária,

mas igualmente prejudicados em seus negócios e dispostos a conduzir uma campanha social ampla contra o Governo Provisório.

A tese central, contudo, consiste na controversa ponderação de que as classes médias, excluídas das questões econômicas mais destacadas, teriam combatido em 1932 em função de ideais emanados exclusivamente dos dominantes, enquanto seria notória “*a ausência do proletariado urbano e rural e da grande massa dos desempregados*” na peleja:

Essa revolução é projetada e conduzida pelos interesses da burguesia paulista, que se vê espoliada de direitos tidos como adquiridos, portanto, próprios e inalienáveis. Para conduzir o processo revolucionário, esta classe procura envolver, além dos integrantes das classes conservadoras, um grande contingente da classe média paulista que assimila e reproduz as representações ideológicas dos donos do poder.<sup>15</sup>

Nesse sentido, a propaganda, perpetrada por meio das rádios, da imprensa e dos oradores, teria sido uma excelente arma de luta ao veicular artimanhas ideológicas como a *participação de todo o povo*, a *volta ao regime da lei* e a *paulistanidade* que, além de coibirem a ascensão popular, camuflando os conflitos sociais mais gerais, também promoveriam o regionalismo e o sentimento de superioridade paulista, essenciais na mobilização proselitista.

Ora, ainda que na obra de Bezerra o levante deixe de apresentar um aspecto restrito aos atos do PD, o núcleo interpretativo desta tese merece ressalvas, especialmente no que tange ao caráter da mobilização da classe média e ao comportamento coletivo do operariado paulista na conjuntura, um tanto fragilizado após a repressão sofrida nas greves realizadas em maio de 1932.<sup>16</sup>

De outra parte, Vavy Pacheco Borges embora não se alinhe rigidamente ao enfoque da luta de classes, concorda com Holien Gonçalves Bezerra no que tange à vigência de motivações exteriores à via partidária para o confronto. Entrementes, reafirma que os políticos seriam os protagonistas da resistência de 1932, promovendo-a como resposta a situação periclitante a que haviam sido submetidos pelos vencedores de trinta.

Em franco declínio financeiro, muitos ex-ocupantes de cargos representativos rentáveis teriam convencido as classes conservadoras, que não se interessariam pela política, a conspirarem contra o Governo Provisório e, em seguida, estendido o apelo ao restante da população. O chamado proselitista, contudo, não se restringiria a imposição ideológica, mas privilegiaria a exploração do imaginário social: “*Para conseguir o apoio das elites e do resto da população do estado, os políticos agitaram as inúmeras tensões que podiam ser percebidas na sociedade paulista*”.<sup>17</sup>

Há que se ressaltar que, sob nova coloração, Borges, porém, mantém a tese de que os políticos levaram de roldão o povo, inclusive, a burguesia *politicamente lacunar*. Constatação problemática, se considerarmos a situação periclitante da cafeicultura e as ambições dos industriais e comerciantes quanto aos rumos da nação. Igualmente pouco provável parece ser a hipótese de que a população combate exclusivamente em função da agitação perpetrada aleatoriamente pelos políticos, afinal, quais são os elementos capazes de alavancar a adesão social ao confronto em favor dos partidos?

Em outra perspectiva, sob o pressuposto de que o núcleo das teses supracitadas conferia papel superlativo à classe dominante paulista, empobrecendo a compreensão geral do processo e corroborando, contraditoriamente, o *discurso do vencedor* – segundo o qual 1932 não passaria de um motim reacionário –, tais abordagens foram violentamente contestadas, na última década.

O fotógrafo e historiador Jeziel De Paula, trabalhando com um amplo conjunto de imagens fotográficas da época, procura *reavaliar algumas versões interpretativas amplamente aceitas sobre o combate*, pois, considera ser “*possível detectar, principalmente nos círculos acadêmicos dos anos 60 e 70, uma tendência em aproximar as versões explicativas do acontecimento ao discurso dos vencedores, propagado em pleno exercício do poder*”.<sup>18</sup>

Em seus dizeres, as proposições construídas pelos contemporâneos influenciaram as análises historiográficas posteriores provocando equívocos interpretativos, como, por exemplo, no que se refere à tese da manipulação

das massas pelas elites. Segundo De Paula, a historiografia, sobretudo a dos anos de sessenta e setenta do século passado, aceitou a versão do Governo Provisório de que a campanha de 1932 seria uma contra-revolução com preponderância dos políticos e, ao contrário, “*uma das mais fortes vertentes interpretativas que as imagens fotográficas sugerem é exatamente a mobilização voluntária da população*”.<sup>19</sup>

A análise das fotografias também propiciou, conforme o autor, a revisão de outros aspectos que teriam sido negligenciados pela produção histórica como a adesão do operariado, dos negros e das mulheres – que seriam maiores do que se afirmava – e até mesmo a singularidade do levante que teria sido ofuscada pelo discurso do vencedor. Além disso, as imagens teriam comprovado a brasilidade da beligerância ante o mito do separatismo, disseminado pelo Governo Provisório, apesar da existência de grupos radicais isolados.

A explicação encaminhada por Jeziel De Paula sobre o levante de 1932 constitui-se numa via interpretativa contraposta às anteriores, porque discorda da tese de que a resistência paulista seria uma reação, movida pela classe dominante, com preponderância política e ainda primando pela ordem social. De Paula, analisando as fotografias, privilegia não somente os motivos da elite para se rebelar, mas, sobretudo, os da população de São Paulo em geral.

Assim, em sua ótica, a solução armada partiu da insatisfação *equivalente* de pelo menos cinco grupos representativos de toda a sociedade paulista contra a ineficácia administrativa do “tenentismo” e do Governo Provisório e favoráveis a volta à Constituição: o PD, insatisfeito com os rumos da revolução que havia apoiado em 1930; as Forças Armadas, descontentes com as intervenções do “tenentismo” em sua hierarquia; a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a Associação Comercial, favoráveis à democracia e à autonomia estadual; os políticos do PRP, vendo no retorno à ordem legal uma chance de recuperarem seu antigo poder; e o quinto segmento, um conjunto amplo e indeterminado de pessoas que tinham por unidade mais um *sentimento* do que *ideias* concretas: “as

*fontes mostram um gigantesco envolvimento popular das massas, sem precedentes em nossa história, inclusive com sólido apoio da maior parte do operariado paulista”.*<sup>20</sup>

Marco Antônio Villa, por sua vez, em edição comemorativa ilustrada, apoiada pela iniciativa pública, ao defrontar-se com as interpretações de viés marxista também não se eximiu de investigar as aparentes contradições entre a proposição da dominação de classes realizada arbitrariamente, a partir dos anseios político-reacionários da “velha oligarquia” paulista e as imagens do expressivo envolvimento social, em São Paulo, nas manifestações em favor do confronto.

Em sua concepção, tal contraste demonstraria cristalinamente a discrepância entre um movimento conceituado como de elite e a realidade de uma guerra civil, incorporada pela população paulista que apoiara a Aliança Liberal em 1930 com a expectativa de mudança social e se vira frustrada diante das falhas do “tenentismo” e do Governo Provisório.

Do ponto de vista de Villa, 1932 não é senão um movimento natural e espontâneo do povo de São Paulo, motivado pela incapacidade dos “revolucionários” de trinta em implantar um regime que traduzisse as aspirações democráticas e constitucionalistas. Por conseguinte, o “*tesouro perdido de 1932 foi a defesa da democracia, de uma constituição democrática, enfim, de um estado democrático, isto em um ambiente marcado pelo autoritarismo*”.<sup>21</sup>

Delineia-se, por conseguinte, sob o princípio de suplantar o *discurso do vencedor*, dois níveis contrapostos de abordagem histórica que têm como consequência a vigência de tensões interpretativas quanto ao curso do processo social que resultou na luta armada. Se ambos coincidem no intento de dar a voz aos *vencidos* e excluídos da memória, a caracterização da personagem a ser investigada é bastante distinta e, em certa medida, antagonica, já que numa perspectiva interessa reconhecer a exploração das classes populares pela burguesia paulista e noutra o eixo da questão recai sobre a difícil relação de legitimação do Governo Provisório perante São

Paulo como um todo, na qual a importância da divisão de classes é minimizada.

Esses tipos de polarização, além disso, respeitadas as suas diferenciações e contribuições, apresentam circunscrito poder explicativo. Afinal, em que medida observar o prisma do *vencido* – seja ele o operariado ou a magnitude do enfrentamento – assegura uma abordagem mais ampla e convincente? Ou, com outras palavras, quais seriam os papéis ocupados por *vencedores* e *vencidos* na conjuntura, senão os de candidatos ao domínio da situação? Se for assim, não seriam ambos partícipes das mesmas tensões intrínsecas à história e, por consequência, merecedores de equivalente apreciação na dinâmica de suas posições, sob pena de recair favoravelmente nas versões consagradas pela memória?

### **A Paulistaneidade e os Embates Sociais na Conjuntura**

A partir das teses aludidas, torna-se nítido que, sob a capa de desvendar o discurso do vencedor, abrigam-se compreensões demasiado distintas a respeito das motivações e da natureza do confronto, que nem sempre correspondem suficientemente ao objetivo de superar as sutilezas e armadilhas inerentes à construção da memória.

Os efeitos dessas divergências resultam diretamente na coloração que o enfrentamento assume na historiografia, ora tido como uma reação exclusiva da elite paulista – seja ela encadeada pelos políticos, ou compartilhada pela burguesia comercial e industrial –, armada de ideais liberais-autonomistas e sem a preocupação com os interesses das classes populares; ora como o despertar geral de um povo que se vira à iminência de reivindicar belicamente a Constituição e a democracia diante do malogro de Getúlio Vargas e dos “tenentes” em satisfazer suas necessidades.

As duas perspectivas, resguardado o mérito das significativas contribuições que trouxeram à compreensão do levante, aparentam conter lacunas bastante expressivas, uma vez que inumeráveis aspectos atinentes ao período permanecem envoltos numa esfera nebulosa: como os des-

contentamentos mencionados por De Paula se manifestam concretamente na luta pela autonomia e constitucionalização? Que grupo assume o preparo e as diretrizes da sublevação? Qual era a conotação de Constituição e democracia para os contemporâneos, já que são tidos por Villa como legados do confronto? Por que a burguesia industrial adere prontamente ao chamado dos políticos na conspiração? E os operários, como e por que se aliam a classe dominante, se há bem pouco tempo a relação entre eles era de confronto, resultando, inclusive, na repressão violenta ao movimento grevista, em maio de 1932, sob o olhar cúmplice do Governo Provisório? Além disso, se a batalha é movida voluntariamente pela população, qual a relevância dos discursos políticos e por que os contendores se empenham tanto na porfia pelo imaginário social?

Embora não seja possível, no âmbito deste artigo, aprofundar a análise de todas estas questões,<sup>22</sup> as pistas sugerem que as inter-relações fluidas entre o vivido e o mito erigem-se em caminho alvissareiro, não se limitando, todavia, seus efeitos aos contemporâneos, mas alcançando o âmbito da memória histórica e levando ao equívoco interpretativo de tomar o resultado do processo histórico como se fosse seu início, ou seja, reduzir os embates às interpretações criadas pelos próprios protagonistas em torno de imagens contraditórias – *reação dos políticos decaídos versus revolução constitucionalista contra a ditadura* – com reduzido poder explicativo.

Debater 1932, nesse sentido, passa, inapelavelmente, pela compreensão profunda da correlação de forças que se estabelece entre os integrantes do Governo Provisório e os grupos sociais em São Paulo e que resulta na solução armada. Ora, de fato, as insatisfações contra a administração do Governo Central em São Paulo se manifestaram desde o processo revolucionário de 1930.

Enquanto o PD acolhia jubiloso a passagem do trem da vitória, os derrotados e apeados de posição política, notadamente do PRP, recolhiam-se rancorosos ao ostracismo ao qual haviam sido condenados, almejando ardorosamente uma chance para se reerguer. O jovem jornalista Arnon de Mello, do periódico *Diários Associados*, do Rio de Janeiro, demonstrou, em

1931, eloquentemente o estado material e emocional dos congressistas afastados dos cargos com o fechamento da Assembleia, denominando-os *Os Sem Trabalho da Política*,<sup>23</sup> – classificação que incluiria homens como os intelectuais regionalistas Alfredo Ellis Junior e Menotti Del Piccha, ambos membros do PRP.

De outra parte, antes mesmo do alastramento da frustração do PD com as reiteradas derrotas para o “tenentismo” na luta pelo governo estadual e contra a centralização política, definidas por parte da historiografia como o estopim da conspiração, a Força Pública paulista, melindrada, conforme os capitães Heliodoro Tenório e Odilon Aquino de Oliveira, pela ingerência dos vitoriosos de 1930 nos seus postos de comando e na hierarquia interna, era alvo de um motim promovido por grupos de soldados, em abril de 1931.<sup>24</sup>

Dentre os militares, além disso, as rivalidades despertadas em 1930 também opunham grupos que participaram da Aliança Liberal e aqueles que não aderiram à causa, contribuindo para desencadear outras divergências ideológicas, sobretudo, entre segmentos das forças armadas que apoiavam a intervenção dos militares na política e outros que consideravam indispensável a manutenção da oficialidade em suas funções, refutando visceralmente a transgressão da hierarquia interna e da ordem social.

As camadas de insatisfação não param por aí. No âmbito das intrincadas inter-relações envolvendo industriais, comerciantes e operários, as indefinições e embates quanto à gestão do Estado no mercado de trabalho atingem profundamente a sociedade. A despeito da vertente interpretativa que propunha a fragilidade da burguesia e dos trabalhadores perante a imposição do Estado-sujeito, Zélia Lopes da Silva demonstra a vigência de um acirrado processo de disputas acerca da questão, no qual tanto os industriais, quanto os operários, em suas diversas correntes sindicais procuram pautar ao Estado o curso da regulamentação.

Na plataforma de luta do operariado estavam, principalmente,

a defesa da implementação da jornada de oito horas; da igualdade entre os trabalhadores no mercado de trabalho, que se materializa na defesa do princípio de igual salário para trabalho igual; melhoria nas condições de trabalho e redução do ritmo de trabalho; aplicação da lei

de férias, aumento salarial; reconhecimento das entidades sindicais e dos representantes de fábrica.<sup>25</sup>

Ainda segundo Silva, o embate em campo aberto entre as proposições dar-se-ia nas greves de maio de 1932, agregando milhares de empregados nos ramos da tecelagem, da metalurgia, dos calçados, dos lixeiros, dos ferroviários e dos padeiros, entre outros, tendo como foco, além dos itens que envolvem a gestão do mercado de trabalho, a questão do salário e do desemprego que, em decorrência da crise econômica mundial de 1929, atingiram drasticamente os trabalhadores.

Nesta conjuntura, aliás, ocorre uma expressiva defasagem nos rendimentos percebidos pelos empregados fabris de 1928-1932:

o esforço despendido pela família proletária não significa... o atendimento pleno de suas necessidades fundamentais. Tanto isso é verdade que a pesquisa de campo mencionada (Davis/ SP-1934) constata uma classe trabalhadora que gasta 50,2% de seus rendimentos com alimentação e, mesmo assim, tem que recorrer ao crédito da 'venda da esquina' para comprar as suas provisões....<sup>26</sup>

O resultado, no entanto, é que, enquanto a classe dominante participa ativamente das comissões nomeadas pelo Governo Provisório para discutir a legislação trabalhista, *“a greve foi estrangulada pela repressão, coordenada pela FIESP, sob o olhar cúmplice do governo federal, que aceitando a tese (da FIESP) do caráter subversivo do movimento não interfere no seu andamento como fizera nas anteriores”*.<sup>27</sup>

Esses descontentamentos se agravam para ambas as partes nos limiares dos anos de 1930, à medida que as consequências da crise externa de 1929 e a agonia da cafeicultura levam de roldão os trabalhadores rurais e urbanos, os comerciantes importadores e exportadores, os industriais e os grandes proprietários agrícolas, que se tornam, direta ou indiretamente, caudatários da capacidade administrativa de Getúlio Vargas para amenizar seus problemas.

Todavia, tal relacionamento não é monolítico. Embora o programa das compras de café de Vargas houvesse salvado os fazendeiros da ruína, conforme sublinha Hélio Silva,<sup>28</sup> quase todas as suas medidas econômicas

subsequentes desagradaram-lhes profundamente. De acordo com Warren Dean, “os impostos decretados com o propósito de equilibrar o orçamento do país afigurava-se-lhes uma espécie de confisco. Era manifesto para os fazendeiros paulistas que o governo federal seria capaz de fazer novas exigências aos seus rendimentos”.<sup>29</sup>

Outros motivos haveria para o laivo no entendimento:

o que provavelmente mais desgostou os fazendeiros foi talvez a imposição feita por Vargas em setembro de 1931, do controle das divisas. Intimidados a vender suas divisas estrangeiras ao Banco do Brasil a uma taxa de confisco, acreditaram eles que o propósito da medida era sustentar uma horda de burocratas que viviam ociosos no Rio de Janeiro. Na realidade, o governo estava utilizando o dinheiro para saldar empréstimos estrangeiros contraídos, em grande medida, por presidentes paulistas.<sup>30</sup>

De outra parte, se Getúlio Vargas favoreceu os industriais no que tange às lutas com o operariado e, também, nas restrições impostas a importação – o que beneficiou a ampliação da produção em 1931:

por outro lado, durante a crise de câmbio, tornou-se quase impossível às fábricas dependentes de matérias-primas importadas continuarem a funcionar. A importação de ferro e aço, por exemplo, caiu, de uma média de 59.000 toneladas anuais de 1927 a 1929, para 9.352 toneladas em 1932...

Encarados em conjunto, os programas de ação do novo governo devem ter desalentado os fabricantes, sobretudo porque pareciam estar drenando todo o dinheiro do setor do café e de São Paulo em geral.<sup>31</sup>

Em contrapartida, na mesma conjuntura, a burguesia organiza-se em torno aos princípios da racionalização da produção e da sociedade, almejando agir mais eficazmente por meio da criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT),<sup>32</sup> em 23 de julho de 1931. Nele aglutinavam-se, por exemplo, Roberto Simonsen, presidente da FIESP, que “esteve preso durante as primeiras semanas da revolução [de 1930] por ser ‘membro de uma das firmas que contribuíram para o estado de crise do Brasil’”<sup>33</sup> e Armando de Salles Oliveira, empresário, primeiro presidente do IDORT e comandante da sociedade anônima, que assumiu o jornal *O Estado de S. Paulo* após a morte de Júlio de Mesquita.<sup>34</sup>

Por conseguinte, apesar dos esforços do “tenentismo” no intuito de socorrer a economia do estado, notadamente a cafeicultura, a conduta do interventor João Alberto, que ocupou o cargo de dezembro de 1930 a julho de 1931, no entanto, não foi capaz de impedir a evolução da pressão interna, dos operários e da classe dominante, em São Paulo. Ao mesmo tempo em que o PD brigava pelo governo do estado com o “tenentismo”, que se mantinha irredutível nas disputas, setores do escol dirigente mais insatisfeitos com a situação – dentre eles, políticos do próprio PD, jornalistas de *O Estado de S. Paulo*, que participaram da revolução de 1930 e almejavam partilhar do governo e dos destinos de São Paulo, e partidários rancorosos e idealistas do PRP – cogitavam o desfecho de um golpe contra a interventoria, com o auxílio da oficialidade descontente da Força Pública.

Indícios da esfera inquietante que se anuncia em São Paulo podem ser claramente identificados também em iniciativas como a fundação da Liga de Defesa Paulista (LDP), em maio de 1931, aglutinando em sua composição tanto adeptos mais idealistas da trajetória ufanista regional – com raízes no século XIX –, quanto políticos decaídos do regime anterior, além de diversos elementos militares e civis<sup>35</sup> dispostos a “*defender a autonomia de São Paulo ainda que belicamente se fosse preciso*”.<sup>36</sup>

A criação da LDP marca o extravasamento da “passividade” das classes dominantes diante da política implementada pelo Governo Provisório, e, em ambivalência, a gênese das tentativas de articular a oposição contra o “tenentismo”. É ela quem fornecerá as bases centrais do discurso a ser desferido no espaço público, aproximando as correntes intelectuais regionalistas dos destinos políticos do estado e procurando canalizar as insatisfações sociais pré-existentes no sentido arquitetado pela burguesia.<sup>37</sup>

Recém formada, a entidade passaria à ação incitando a contraposição radical das dificuldades sociais do momento ao suposto lugar histórico glorioso ao qual São Paulo teria direito dentro da federação. Elucidativo a esse respeito é a edição, em agosto de 1931, em parceria com o jornal *O Estado de S. Paulo*, dos artigos publicados por Vivaldo Coaracy no período,

no alardeado livro *O Caso de São Paulo*. Na concepção do autor, que é também partilhada pelo político, homem de letras e membro da LDP Alfredo Ellis Junior – e o grupo de intelectuais “verde-amarelos” – a difícil situação econômica e política enfrentada pelo estado advém da incompreensão da realidade nacional:

Enquanto outras unidades do país permanecem nos estados prévios de civilização em graus evolutivos inferiores, alguns destes representados por actividades que Alberto Torres, numa expressão pitoresca e feliz, qualificou de ‘assalto à natureza’, outras entregues aos longos lazeres semi-nômades do pastoreio, outras ainda já fixadas no sedentarismo da cultura sistemática da terra; São Paulo envereda decisivamente pela fase industrial da civilização.<sup>38</sup>

Por conseguinte,

para que não se destrua a obra realizada; para que prossiga a marcha evolutiva; para que se edifique uma civilização brasileira neste recanto da América; é necessário, é imprescindível que S. Paulo reconquiste o lugar que lhe compete e pertence dentro da Federação, o posto de orientador, de guia e condutor da marcha do Brasil. É mais do que um direito seu, dado pela sua civilização, comprovado pelo seu passado. É uma necessidade histórica para que este país não desmintas o destino a que pode aspirar.

É para a obra desta reconquista que hão de se congregarem todas as energias, que se hão de se exercer todos os esforços, por cima das divergências partidárias, por cima das diversidades de interesses, por cima dos antagonismos de opiniões, por cima das rivalidades de ambições, cimentando a sagrada união paulista, alicerçada na consciência da capacidade, das responsabilidades e dos destinos de S. Paulo.<sup>39</sup>

Sob os auspícios das “*sciencias positivas*” e das correntes literárias mais acerbamente regionalistas, portanto, legitima-se a reação contra a administração perpetrada pelo Governo Provisório. A luta pela autonomia e a constitucionalização que, em última instância, seria uma fatalidade histórica indispensável para a unidade e o avanço da nação, coincide com os anseios da burguesia descontente, aglutinada em torno do jornal *O Estado de S. Paulo*, que encontra nas correntes de pensamento regionalistas o caminho

ideológico para a constituição de uma Frente Única, aglutinadora das forças representativas do estado.<sup>40</sup>

A importância elementar da interpretação sociológica da conjuntura, ancorada em uma tradição épica regional forjada a partir da segunda metade do século XIX, reside, sobretudo, na homogeneização das diversas esferas de descontentamento presentes em São Paulo – traduzidas no ideário da *humilhação sofrida pelo paulista* – e resultantes, em parte, dos intentos do Governo Provisório em dar novos rumos à política nacional. Sob a capa da autonomia de São Paulo e da Constituição abrigam-se, assim, complexas correlações de força que, entretanto, escolhem esta trilha como forma de combate e agrupamento de aliados.

Definida a base que comporia a campanha capaz de aglutinar as insatisfações sociais, a Frente Única Paulista (FUP) – união do PD e do PRP, com o apoio de diversas associações de classe em São Paulo – investe também na estratégia de atribuir exclusivamente as dificuldades econômicas do período aos “revolucionários” de 1930 e, por conseguinte, canalizar as expressivas insatisfações populares na direção dos interesses que lhe convinham no momento: a autonomia de São Paulo, para conquistar a interventoria, e a Constituição, a fim de redefinir a partilha do poder em âmbito nacional.

Desta feita, a despeito da ascensão da reação popular espontânea ou da manipulação arbitrária da classe dominante sobre a sociedade, ao que parece, já no princípio de 1932 destaca-se uma intensa luta política no cenário nacional, na qual a burguesia paulista está fomentando os rancores e insatisfações sociais pré-existentes no espaço público com o intuito evidente de beneficiar-se deles no momento oportuno. Se o descontentamento e o amor ao estado perpassam o povo, o convite a expressá-los e a coordenação da ação ficam sob tutela das entidades representativas da classe dominante, como a LDP.

Meses depois, desencadeado o confronto armado, a situação não seria diferente. Pela *defesa de São Paulo e a implantação da democracia no*

*Brasil* o paulista se levanta, escrevendo um novo capítulo na *epopeia gloriosa* de sua história.

### **Considerações Complementares**

A partir dos elementos fornecidos torna-se clarividente que entre a Revolução de 1930 e o levante de 1932 houve, sobretudo em São Paulo, uma esfera de insatisfações que incidia, em ambivalência, sobre o “tenentismo” e a classe dominante paulista, em virtude da situação econômica da população e das espinhosas relações de trabalho no período. Mediante este quadro e as cisões que se processam entre os dirigentes do estado, conquistar o apoio das massas descontentes passa a ser uma tarefa elementar, a fim de arregimentar adeptos e decidir quem deteria a preponderância política na república dos anos trinta.

Nesse âmbito, os aliados do Governo Provisório acreditavam na eficácia da construção de uma representação negativa de seus opositores, amparada, fundamentalmente, na depreciação da via partidária anterior a 1930, desqualificada, não sem certa dose de razão, como corrompida pela fraude e pelos interesses pessoais. Já a classe dominante de São Paulo adotaria postura mais incisiva na disputa, partindo em busca das aspirações e dos valores que compunham o núcleo da identidade paulista e apropriando-se da força da tradição regional.

Não se trata, entretanto, é preciso frisar, de uma dominação maniqueísta e, simplesmente, mal intencionada, deturpando o real por meio do ilusório como se o povo não tivesse vontade própria ou combatesse plenamente iludido por ideais que não eram seus. De outra parte, porém, subestimar a disputa ideológica em razão da eventual mobilização espontânea da população implica em reduzir, sensivelmente, o jogo de forças presente na conjuntura.

Encerrada a peleja consagra-se no âmbito da memória, sobretudo em São Paulo, como um discurso de poder, uma versão ufanista, aclamativa e narcisista de interpretação do passado e, em contrapartida, a realidade social

da época, as correlações de forças políticas, os interesses econômicos divergentes e a incitação aos brios paulistas numa conjuntura perturbadora seriam violentamente soterrados. Em seu lugar ganha espaço o conjetural *dever de memória*, que consiste na exaltação ao sacrifício realizado em prol ao restabelecimento do país no regime constitucional.

Suplantar o *discurso do vencedor* implica, assim, em superar a capa da plataforma aburguesada, que se arvora como revolucionária, embora não primasse por mudanças significativas na estrutura social do país. Se as imbricações entre a história e a memória se fazem relativamente fluidas, não é lúdimo, todavia, consentir que, em nome das agruras trazidas pelo confronto bélico, a história negligencie a sua dimensão crítica e reduza as tensões do processo social aos valores e anseios *puros* traçados pelos contendores, em pleno crepitar de suas disputas.

## NOTAS

\*João Paulo Rodrigues é Doutor em História pela FCL/UNESP, câmpus de Assis. E-mail: perfejp@yahoo.com.br

<sup>1</sup> COSTA, Emília Viotti da. *1932: Imagens Contraditórias*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982. p.8.

<sup>2</sup> RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998; DOSSE, François. A oposição História/Memória. In: \_\_\_\_\_. *História e ciências sociais*. São Paulo-Bauru: EDUSC, 2004.

<sup>3</sup> *O Estado de S. Paulo*, 10/07/1932.

<sup>4</sup> *Correio da Manhã*, 30/09/1932.

<sup>5</sup> SILVA, Hélio. *1932: A Guerra Paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967; CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981; BEZERRA, Holien Gonçalves. *Artimanhas da Dominação: São Paulo – 1932*. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em História). FFCLH – Universidade de São Paulo, 1982; DE PAULA, Jeziel. *1932: Imagens Construindo a História*. 2ªed. Campinas: Unicamp, 1999; PONTES, José Alfredo Vidigal. *O Brasil se revolta: o caráter nacional de um movimento democrático*. São Paulo: Editora Terceiro Nome: O Estado de S. Paulo, 2004, VILLA, M. A. *1932: Imagens de uma Revolução*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

- <sup>6</sup> ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Lisboa: Moraes Editores, 1971. p.34.
- <sup>7</sup> LEFORT, Claude. *A Invenção Democrática: os limites do Totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.128.
- <sup>8</sup> KLINGER, Bertoldo (general). *Narrativas Autobiográficas*. RJ: scp, 1953. p.283.
- <sup>9</sup> CAPELATO, M. Helena. *O Movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 11.
- <sup>10</sup> COSTA, Emília Viotti da. *1932: Imagens Contraditórias*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982. p. 9.
- <sup>11</sup> FAUSTO, Boris. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: \_\_\_\_\_. (org) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889 – 1930). 2 vol., São Paulo: Difel, 1977.
- <sup>12</sup> COSTA, Emília Viotti da. *1932: Imagens Contraditórias*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982. p.11.
- <sup>13</sup> CAPELATO, Maria H. *Op. cit.* p.57.
- <sup>14</sup> BEZERRA, Holien G. *O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32*. São Paulo: Moderna, 1988. p.26.
- <sup>15</sup> *Idem*, p. 26.
- <sup>16</sup> Informações detalhadas sobre a situação do movimento operário na conjuntura encontram-se em SILVA, Zélia Lopes da. *A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991. p.123.
- <sup>17</sup> BORGES, Vavy Pacheco. *Memória Paulista*. São Paulo: Edusp, 1997. p.69.
- <sup>18</sup> DE PAULA, Jeziel. *1932: Imagens Construindo a História*. 2<sup>a</sup>. ed. Campinas: Unicamp, 1999. p.29.
- <sup>19</sup> *Idem*, p.101.
- <sup>20</sup> *Idem*, p.281.
- <sup>21</sup> VILLA, M. A. *1932: Imagens de uma Revolução*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p.81.
- <sup>22</sup> Este texto é fruto de ampla pesquisa realizada para a tese de doutorado direto, com bolsa do CNPq, na qual estas e outras questões são detalhadamente analisadas. RODRIGUES, João Paulo. *O Levante “Constitucionalista” de 1932 e a Força da Tradição: Do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934)*. Assis, 2009. 346 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
- <sup>23</sup> MELLO, Arnon Afonso de Farias. *Os Sem Trabalho da Política*. Rio de Janeiro: Flores & Mano, 1931.
- <sup>24</sup> TENÓRIO, Heliodoro e OLIVEIRA, Odilon Aquino de (capitão). *São Paulo Contra a Ditadura: da invasão revolucionária de 30 à queda do governo Waldomiro e nomeação do Dr. Armando Salles para a interventoria paulista*. São Paulo: Ismael Nogueira, 1933.
- <sup>25</sup> SILVA, Zélia Lopes da. *A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991. p.12.

<sup>26</sup> *Idem*, p.39.

<sup>27</sup> *Idem*, p.123-124.

<sup>28</sup> SILVA, Hélio R. 1932: *A Guerra Paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967.

<sup>29</sup> DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo: 1880 – 1945*. 2ª. ed. São Paulo: Difel, 1976. p.205.

<sup>30</sup> *Idem*, p.206.

<sup>31</sup> *Idem*, p.208.

<sup>32</sup> ANTONACCI, M. Antonieta M. *A Vitória da Razão (?)* São Paulo: Marco Zero/ CNPq, 1993.

<sup>33</sup> DEAN, Warren. *Op. cit.* p.117.

<sup>34</sup> ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.5176.

<sup>35</sup> Assinam o manifesto de fundação da Liga mais de quatrocentas pessoas, entre elas Paulo Duarte, Alfredo Ellis Junior e Abelardo Vergueiro César. CALICCHIO, Vera. Liga de Defesa Paulista. In: ABREU, A. A. (Org.) ; LAMARÃO, S. T. N. (Org.) ; WELTMAN, F. L. (Org.) ; BELOCH, I. (Org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.3117. Júlio de Mesquita Filho, diretor geral de *O Estado de S. Paulo* após a morte de seu pai, em 1927, também foi um dos principais articuladores da LDP. Aliado dos “revolucionários” de 1930, quebraria seu apoio, no entanto, aos “tenentes” junto com o PD, em abril de 1931, ocasião em que passariam a trabalhar pela criação da liga. ABREU, A. A. (Org.) ; LAMARÃO, S. T. N. (Org.) ; WELTMAN, F. L. (Org.) ; BELOCH, I. (Org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.3789.

<sup>36</sup> DAVIDOFF, Carlos H. Revolução de 1932. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-30*. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006.

<sup>37</sup> O Grupo de intelectuais que forneceria subsídios mais acentuados à LDP adviria das divisões do modernismo. Alfredo Ellis, Cassiano Ricardo, Candido Mota Filho, Plínio Salgado e Menotti Del Picchia formariam a corrente Verde-Amarela “*que sustentava a exaltação das tradições culturais brasileiras, contrastando com o criticismo ‘antropofágico’ do grupo Pau-Brasil, coordenado por Oswald de Andrade, Mario de Andrade e Raul Bopp*”. Em 1932, a defesa da nacionalidade se confundiria com a luta pelo federalismo na ótica do “verde-amarelismo”, expressando-se no aval do grupo a solução armada. A despeito das divergências internas, contudo, durante o confronto, homens de letras de correntes diversas participariam da pugna. Pouco mais tarde, os intelectuais egressos do “verde-amarelismo” constituiriam o grupo *Bandeira*, com considerável influência sobre a formação do integralismo. CALICCHIO, Vera. Liga de Defesa Paulista. In: ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.3117.

<sup>38</sup> COARACY, V. de Vivaldi. *O Caso de São Paulo*. São Paulo: Ferraz, 1931. p.38.

<sup>39</sup> *Idem*. p.38.

<sup>40</sup> Segundo Coaracy os propósitos de *O Caso de S. Paulo* foram “*para contribuir em mínima parcela embora, para esse esforço, focalizando sobre o mesmo a opinião pública... que, numa intensa campanha de imprensa, publiquei no Estado de S. Paulo uma série de artigos, alguns dos quais vão enfeixados agora neste volume*”. *Idem*. p.59. Além disso, o princípio dos graus evolutivos diferentes da civilização, fornecido pelos regionalistas, seria uma arma importante para explicar a incapacidade política dos interventores vindos de outros estados para administrar São Paulo. Se originavam-se de regiões cem anos atrasadas, e que não haviam chegado à fase industrial, como poderiam governar o que não conheciam? O resultado seria a situação perturbadora do estado. COARACY, V. de Vivaldi. *O Caso de São Paulo*. São Paulo: Ferraz, 1931.